

PANORAMA, PERCURSO E POSSÍVEL AGENDA PARA OS ESTUDOS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS

ADRIANA DORFMAN

ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA

1 INTRODUÇÃO

O presente texto se move em direções distintas. Primeiramente, o artigo traça um breve **panorama** dos Estudos Fronteiriços ocidentais contemporâneos em sua relação com a conjuntura mundial e com a teoria das fronteiras brasileiras, a partir de bibliografia recente. A seguir, delinea-se o **percurso** dos estudos sobre a fronteira brasileira em dois momentos: a partir da Proclamação da República brasileira (1888), com base no estudo realizado por Márcia Sprandel (2005), e depois da redemocratização, levando em conta a experiência dos autores e o depoimento de figuras centrais na construção do campo; agradecemos aos professores Neiva O. Schaeffer, Tito Carlos Machado de Oliveira, Lisandra Lamoso e Edson Belo as informações compartilhadas. Finalmente, o texto apresenta uma **possível agenda** de pesquisa para os Estudos Fronteiriços brasileiros, a partir do observado em eventos e no manuseio dos textos encontrados durante a organização do Unbral Fronteiras – Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites. É importante frisar que não nos propomos, neste artigo, a analisar quantitativa ou qualitativamente os textos inseridos no Portal, uma vez que tal esforço foi realizado noutro texto deste Anuário.

Sob diversos ângulos, a fronteira tem se tornado central para a administração do estado brasileiro nos últimos anos. Certamente a **securitização**, processo pelo qual a segurança pública torna-se o argumento central nas relações entre sociedade e Estado (Gruszczac, 2010), marca a gestão estatal das fronteiras no globo, com ênfases e significados ligados à segurança pública, nacional e internacional (Machado, Novaes, Monteiro, 2009; Dorfman, França, 2013). O governo brasileiro mobiliza suas instituições como decorrência dos processos securitizatórios pós 11-S, mas também o faz dentro de um projeto maior, e mais antigo, de

construção do **Brasil potência**. Ambos movimentos se traduzem no reforço das instituições de controle e repressão, no incremento da indústria bélica, no reforço no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas e na organização de megaventos que buscam reposicionar o Brasil no cenário sul-americano e mundial. Trata-se de investir principalmente em equipamento e também na mobilização de pessoal, aparelhando a fronteira brasileira em aspectos infraestruturais, através da construção de passagens ágeis e confiáveis e de aprofundar a presença do aparato estatal nas áreas de fronteira em que os fluxos devem ser contidos.

Esta mobilização ultrapassa o plano da representação, sua concretude é evidente. É possível mencionar, por exemplo, o lançamento do PEF, Plano Estratégico de Fronteiras, em 2011, e, para sua realização, a ENAFRON, Estratégia Nacional de Fronteiras, promovida pelo Ministério da Justiça (Brasil, 2011); o SISFRON, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras e as diversas edições da Operação Ágata, das Forças Armadas e a Operação Fronteira Blindada, executada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esses projetos nacionais de segurança nas fronteiras têm como foco a repressão de **delitos transfronteiriços**, ações ilícitas cuja organização e resultados extrapolam os limites territoriais e envolvem nacionais de dois ou mais países, “que prejudicam o Estado como um todo, mas que materializam suas mazelas na forma de homicídios, circulação de entorpecentes e aliciamento de menores justamente nas áreas fronteiriças, tornando básica uma intervenção direta e articulada de órgãos de segurança pública” (André Overbeck, comunicação pessoal, dez 2012).

No que tange à construção de infraestrutura energética e de redes de transporte que liguem as partes interiores do território brasileiro aos grandes centros nacionais e do além-mar, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) se destaca. É importante mencionar, também, que o governo brasileiro promove ou promoveu recentemente ações voltadas à **construção da cidadania** em seus territórios fronteiriços, como o PAIR (Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no MERCOSUL), o II PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, do Ministério da Saúde (SIS-Fronteira), o Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira

(PEIBF), do Ministério da Educação e iniciativas de documentação de cidadãos fronteiriços (como a Carteira de Fronteiriço disponível nas fronteiras com a Argentina, a Bolívia e o Uruguai), entre outros projetos implementados.

Esses projetos têm ações concretas como a implementação do Centro de Atendimento a Mulheres Migrantes, em Roraima, fronteira Brasil-Venezuela, e a Casa de Atendimento à Mulher Binacional, no Rio Grande do Sul, fronteira Brasil-Uruguai. Importante mencionar ainda a instalação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu-PR, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com todos os seus *campi* na faixa de fronteira. A expansão das instituições federais de ensino superior nas regiões de fronteira se deu através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Outro projeto que vem alvoroçando as regiões fronteiriças é a previsão de instalação de free-shops nas cidades-gêmeas: fez-se necessário definir legalmente o que são cidades-gêmeas, determinar quais das cidades fronteiriças podem ser assim qualificadas, sempre em fóruns de debates com importante adesão dos atores locais.

Além das ações na escala nacional, inúmeras iniciativas e atos da paradiplomacia liberal, envolvendo os níveis estaduais e municipais, bem como agentes privados, compõem a gestão das fronteiras brasileiras.

Apesar de presentes, as ações de construção da cidadania na fronteira brasileira são menos visíveis que as de implementação de medidas de segurança, ao menos para a opinião pública nacional, o que pode ser atribuído a uma visão tradicional das fronteiras, que privilegia as tentativas estatais de controle das ameaças.

2 TEORIAS PARA AS FRONTEIRAS EM 4D, MULTIDIMENSIONAIS E MÓVEIS

Na produção moderna dos limites internacionais, a definição, a delimitação e a demarcação constituíam-se em operações necessárias para traduzir os acordos diplomáticos para o plano concreto e implementar territórios. Às fronteiras modernas, acrescenta-se hoje uma estrutura digital, que parece garantir o controle para além da presença de guardiães. Esse equipamento inclui

scanners, drones, rfid e outros objetos produzidos geralmente por empresas privadas para o controle estatal. Por isso, podemos considerar que, à definição, delimitação e demarcação das fronteiras, agrega-se hoje uma quarta operação, um quarto “d”, a **digitalização** do limite internacional e das informações da população e das mercadorias por ele classificado.

Além do impactante e dispendioso aparato situado na fronteira, os documentos inteligentes, a produção de bancos de dados biométricos e o deasamento das comunicações pessoais indicam que o controle, anteriormente exercido na passagem dos limites territoriais, se incrusta nos corpos através das tecnologias de **localizabilidade**, das quais o GPS no celular é a mais evidente (Amoore, 2009). Toda essa tecnologia de controle é concomitante à multiplicação das redes de comunicação e transporte já amplamente entendidas como refuncionalizadoras do espaço geográfico em geral. Assim, há uma multiplicação de fronteiras: aquelas que já estavam nos limites do território estatal se tecnificam, e a elas se somam as fronteiras nas redes.

A bibliografia compilada nessa seção é, na sua maioria, originária na Europa. Diante das dinâmicas de digitalização do território, de mobilidade do capital e das pessoas, as fronteiras europeias revestem-se de caráter ambíguo: apagadas internamente e dramáticas em suas margens. Novas fronteiras estatais surgiram, também: segundo Vladimir Kossolov, depois do colapso da URSS em 1991, 20 novos limites, acompanhados de suas pendências históricas, emergiram (1992). Da mesma forma, os processos de integração e alargamento da União Europeia afetaram e continuam afetando enormemente as percepções contemporâneas de limites e fronteiras (van Houtum; Scott, 2005).

Nos termos da fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação em processos de **inclusão-exclusão**. É nesse sentido que David Newman e Anssi Passi (1998) afirmam que a linguagem que usamos para discutir fronteiras está mudando. As ideias de limites, fronteiras, áreas fronteiriças, passagens fronteiriças e delitos transfronteiriços estão cada vez mais sendo usadas em sentido metafórico, e não mais necessariamente fazem referência ao objeto típico dos geógrafos: a fronteira estatal. Em comunicação oral, os autores afirmam que, no estudo das fronteiras, as teorias se fazem pela conceituação,

o que explica a multiplicação de conceitos que buscam dar conta da realidade mutante das fronteiras (2014).

Essa mudança de linguagem pode ser entendida como consequência das mudanças no território, em duas direções. A primeira decorre do entendimento do poder e de sua manifestação territorial como **multidimensional**: trata-se de superar a **armadilha do território** (uma tradução da expressão *territorial trap*, cunhada por John Agnew para criticar a naturalização da territorialidade do estado, que leva a considerar essa escala como a única relevante nos processos políticos) (Agnew, 1994), levando à ampliação da concepção de Estudos Fronteiriços.

Se temos territórios delineados por diferentes processos sociais, em diferentes escalas geográficas, torna-se possível falar em fronteiras, descontinuidades ou **fraturas** no espaço urbano, no interior do território estatal, entendendo a existência de fraturas dentro da cidade e mesmo dos bairros. **Descontinuidades** são concebidas como efeitos da organização dos espaços, na forma de assimetrias, duplicação, acumulação e áreas-tampão (Renard, 2002). Tratar as descontinuidades como fraturas coloca em cena o aspecto conflitivo dessa funcionalidade. Cada lado da fratura apresenta singularidades que permitem sua identificação, seja pela presença do asfalto, tamanho dos terrenos, distribuição de praças, moradias irregulares, zonas de tráfico de drogas, entre outros elementos. A presença desses elementos é aparente para aqueles que praticam tal território, traduzindo-se em ambientes de uso e circulação desiguais – ainda que aparentemente não se distingam aos olhos de observadores que não participem das relações internas ao espaço (fragmentado), que nele não se territorializem. Na cidade, conceber a fratura rompe com a ideia de homogeneização e padronização, traçando ambientes fronteiriços, delimitados por muros, representados nas avenidas e ruas, não somente por suas características físicas, mas também pelo componente cultural. Essa não-homogeneidade provém das formas de ocupação, que consideram as especificidades locais, e diferentes usos dos recursos e culturas (Heidrich, 2007; Cunha, 2014).

A segunda direção em que se amplia o conceito de fronteira supera o entendimento do território como extenso, ao considerar as características contemporâneas da sociedade **em rede**, em fluxos. Conforme Chris Rumford, teorizar fronteiras hoje tornou-se relevante por sua relação com as redes e mo-

bilidades contemporâneas (2006). Segundo o autor, as fronteiras se multiplicaram e passaram por mudanças escalares ligadas à reticularização da sociedade global, que projeta a influência dos limites além da territorialização do estado (velhas fronteiras, agora investidas de aparatos de controle que reforçam o caráter territorial do poder) e gera novas fronteiras ligadas ao acesso ou interdição às redes e às possibilidades que elas representam (idem).

Os processos de estabelecimento desses limites são descritos como **fronteirização** e flexionados como desfronteirização, refrenteirização e transfronteirização. Para tentar aprofundar e diferenciar os processos fronteiriços contemporâneos englobados pelo território multidimensional e pela sociedade em rede, revisaremos muito brevemente uma cornucópia de tendências recentes da produção internacional sobre fronteiras. Apresentaremos algumas teorias relevantes, desenvolvimentos teóricos ligados à digitalização dos territórios e das biografias. Tratando de compreender dinâmicas e fluxos e não de propor classificações, buscaremos conceituar processos de transfronteirização, as fronteiridades, os processos de inclusão e exclusão, as visões que assimilam as fronteiras às descontinuidades ou que as descrevem como espaços transversos, lembrando da existência de fronteiras não-estatais e fronteiras não-territoriais, bem como de estudos sobre as dimensões estéticas do poder materializado nas fronteiras.

A era de hoje é a da seletividade fronteiriça, da abertura e do fechamento de fronteiras, concomitantemente. As fronteiras podem se abrir para determinados fluxos e se fechar para outros, simultaneamente (Amilhat-Szary; Giraut, 2015). A seletividade das fronteiras permite administrar necessidades econômicas e de diferenciação regional.

Henk van Houtum e James Scott afirmam que o estado da arte em Estudos Fronteiriços constitui-se em traçar diferentes, e por vezes conflitivos, entendimentos de fronteiras estatais (2014). Newman e Paasi (1998) escrevem que o mundo contemporâneo é caracterizado por processos sociais, políticos e econômicos divergentes, com diferentes interpretações de seus significados. Citando Oommen (1995), os autores veem nessas interpretações divergentes três possibilidades: finalismos (*endisms*) - fim da história, da geografia, da ideologia; pós-ismos (*postisms*) - pós-modernidade, pós-industrialismo, pós-apocalipse; e além

-ismos (*beyondism*) - para além do Estado-nação, para além da Guerra Fria. Se o finalismo indica o mundo sem fronteiras, o pós-ismo tende a ver o surgimento de novas fronteiras e o além-ismo a proliferação das fronteiras. Outros repartirão os Estudos Fronteiriços em conservadores (tratando apenas das fronteiras estatais), contemporâneos (abordando descontinuidades territoriais em diferentes escalas) e pós-modernos (em que as fronteiras não-territoriais, características das redes, integrariam também o temário dos Estudos Fronteiriços).

Des/fronteirização e fronteiridade são expressões cunhadas para explicar os processos sociais decorrentes das práticas contemporâneas de delimitação dos territórios. Essas expressões chamam a atenção para a criação de uma zona de inclusão, interna, e de outra de exclusão, externa. Aqui, o estudo fronteiriço é constituído pelo exame dos espaços includentes-excludentes e dos processos de inclusão-exclusão. Amilhat-Szary e Giraut (2015) argumentam que é através das **fronteiridades** (*borderities*) que esse processo acontece: documentos, microchips de computador, controle biométrico e outras ferramentas tecnológicas são usadas para marcar os corpos e mercadorias como pertencentes ou não a um território, estendendo assim o controle fronteiriço para dentro do território, dos corpos e objetos circulantes em uma rede informacional. A fronteiridade é, portanto, uma ferramenta de divisão e gestão socioespacial (*idem*). Podemos exemplificar a fronteirização ao analisar os trânsitos de mercadorias: o cigarro paraguaio é legal enquanto não cruzar a fronteira - ao fazê-lo, passa a dever certos documentos, carecer de certas fronteiridades. Por não possuí-los, o *cigarrillo* entra na esfera do ilegal, passando a ser criminalizado.

Nesse sentido, Holger Pötzsch (2014) nomeia às tecnologias (no sentido material e normativo) aparatos da **e-fronteira** (*iBorder*). Seguindo no entendimento de que os processos de inclusão e exclusão se dispersaram pelo território, Pötzsch afirma que a biométrica, o monitoramento de dados e a robótica são os eixos da e-fronteira. As técnicas contemporâneas de fronteirização combinariam duas tendências: a primeira ligada a novas tecnologias de identificação de sujeitos e objetos; a segunda centrada na extração e análise de dados em termos populacionais, criando algoritmos que constroem perfis e preveem comportamentos dos sujeitos antes do encontro com as instituições de controle migratório (*idem*).

Esses processos divergentes também são analisados por Stéphane Rosière (2015). O autor argumenta que o discurso de mobilidade propagado pelas autoridades e a situação na fronteira marcada pela vontade de bloquear certos fluxos podem ser denominados de teicopolítica. **Teicopolítica** é, justamente, a política de construção de barreiras nas diversas escalas do território (idem). A teicopolítica pode ser pensada em termos da biopolítica (Foucault, [1979] 2011), mas o constrangimento dos corpos é marcado pela edificação de objetos físicos, como os muros, que limitam a mobilidade. Tomando como modelo o muro Estados Unidos – México, as barreiras contemporâneas frequentemente são justificadas com três argumentos: terrorismo, tráfico de drogas e imigrantes ilegais.

Os muros são bem mais porosos a mercadorias e fluxos financeiros do que a pessoas, primeiramente (Rosière, 2015). Os indivíduos não são uma categoria homogênea, dada a emergência de uma cidadania classe-executiva (*business-class citizenship*), incluindo indivíduos que desfrutam mais das novas possibilidades de fluxos (autoridades, diplomatas, empresários, turistas ocidentais), e de uma cidadania classe econômica (*low-cost citizenship*), composta pelos pobres indesejáveis, objeto de contenção dos muros (Sparke, 2006). Cabe comentar que ideias semelhantes já haviam sido externadas por Milton Santos, quando afirmava que a globalização é experimentada diferentemente por incluídos e homens lentos e que a construção da racionalidade do espaço através da emergência das redes e do processo de globalização é marcada pela multiplicação de limites, de barreiras, de muros para além dos espaços da produção, envolvendo os lugares de moradia, consumo e lazer (1996).

Segundo Ron Hassner e Jason Wittenberg (2009), três quartos das barreiras fronteiriças contemporâneas foram erguidas após os anos 2000, representando 7% dos limites internacionais. Essa teicopolítica gera uma teicoeconomia a ela adjacente – a economia da construção e gestão dos muros (Rosière, 2015). Movida pela esfera pública, a teicoeconomia frequentemente aciona entes privados, que utilizam-se sobretudo de tecnologias militares nessas construções e gestões. Há, portanto, uma simbiose público-privada na gestão fronteiriça que, mais uma vez, nos recorda dos **espaços transversos** de Didier Bigo (2006) e da necessidade de problematizar o Estado nos Estudos Fronteiriços contemporâneos, escapando da

armadilha do território criticada por Agnew (1994).

Já em 1978, Michel Foucault propõe que vejamos o Estado não como uma abstração mitificada, mas sim como uma ideia regulatória (2008). Contemporaneamente, a função regulatória da fronteira não desaparece, pelo contrário, o controle se aprofunda. Não se pode, porém, reduzir a função regulatória à fronteira, já que a função regulatória está hoje presente em diferentes pontos do território. Essa dissociação entre função fronteiriça (regulação de trânsitos) e fronteira geográfica acaba dando um sentido **móvel** à fronteira (Amilhat-Szary; Giraut, 2015). A fronteira geográfica é, justamente, o território da regulação, também porque as fronteiras são a função-fim do Estado em forma de território.

É evidente, porém, que esses entendimentos sobre fronteiras não são os únicos disponíveis. A fronteira pode ser, além do espaço da regulação ou dos processos de inclusão-exclusão, um constructo sociocultural (van Houtum, Scott, 2005). Como uma reação ao “fim da história” (Fukuyama, 1992) e ao mundo sem fronteiras da globalização (Allen, Hamnett, 1995), ambos hoje apenas desenvolvimentos teóricos falhos, os fronteiriços se repensam e se reafirmam, fazendo com que os Estudos Fronteiriços façam o mesmo.

O exame das relações de poder expressas e problematizadas pela produção visual, pela border art (arte na, sobre, contra a fronteira) “permite estabelecer as bases de uma abordagem epistemológica que busca compreender como o fechamento de uma fronteira não apenas reativa a produção cultural sobre a fronteira internacional, mas também transforma seu sentido” (Amilhat Szary, 2015), reunindo os polos experiência, segurança e cultura fronteiriças.

Quanto dessas ideias é pertinente para o estudo das fronteiras brasileiros. Será que as fronteiras são ainda hoje estudadas entre nós dicotomicamente, ou como espaços da contenção ou como lugares de encontros, se não reais, perspectivas? Como se verá na próxima seção, há diferentes posturas no que tange à relação entre Estudos Fronteiriços e os limites territoriais ou regiões fronteiriças entre dois Estados. A ambiguidade se constrói: na ausência de uma teoria consolidada, podemos abrir mão de um objeto claro?

3 UMA BREVE HISTÓRIA DO PENSAMENTO SOBRE AS FRONTEIRAS NO BRASIL

Temos uma tradição de estudos que tematizam a linha fronteira brasileira. Não é uma historiografia das fronteiras brasileiras, mais frequentemente trata-se de um exercício de classificação, bem à moda dos Estudos Fronteiriços clássicos.

Márcia Sprandel, pesquisando o pensamento sobre limites no Brasil Republicano, relaciona três vertentes não-estranhas nos Estudos Fronteiriços brasileiros: a primeira vertente identificada foi por ela denominada **didático-descritiva**, tendo como autores destacados Luis Cruls, Dyonisio Cerqueira, J. Resende Silva, Souza Docca, Camilo Goycochea... Nessa vertente, os autores compilavam listas de tratados, descreviam o traçado, comentavam os litígios, trabalhavam em prol da consolidação territorial com crônicas da fixação da fronteira. Tratava-se, segundo Sprandel, de uma pedagogia das fronteiras e da nação, em que a inscrição dos atos, das gerações e das classes no território era complementada pelo espaço natural que interrogava a gestão, se expondo e se contrapondo a esta (2005).

Ainda de acordo com Márcia Sprandel, o segundo grupo de textos sobre a fronteira reúne os **teóricos** Raja Gabaglia, Pe. Geraldo Pauwels, Everardo Backheuser, Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos... Tais autores foram fortemente influenciados por Camille Vallaux, Jacques Ancel, Lucien Febvre, Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén, todos apresentando um pensamento evolucionista sobre as fronteiras nacionais. Seus trabalhos trazem exercícios de classificação, diferenciando fronteiras de limites; fronteiras esboçadas, vivas ou mortas, de acumulação (como faz Camille Vallaux). No caso brasileiro, a regionalização da fronteira distinguia, principalmente, a bacia Amazônica e a Platina. Outras ideias importantes, e ainda vigentes, são a isóbara de poder (importada de Jacques Ancel), as frentes pioneiras (*frontier, frontera*) e o projeto sempiterno de vivificação das fronteiras (2005, p.178).

Definitivamente, a obra do Gal. Golbery do Couto e Silva, prescrição política conformada na **Doutrina de Segurança Nacional** e alimentada pelas diretrizes de escolas de guerra norte-americanas e por leituras de Friedrich Ratzel e Camille Vallaux, influenciou nossa história e geografia. Golbery do Couto e Silva,

em teses que visavam assegurar a segurança nacional contra ameaças internas, não podia prescindir da hipótese de conflitos com inimigos externos. Dividindo a fronteira em duas bacias, a do Amazonas e a do Prata, articuladas no Centro-Oeste brasileiro, pela “placa giratória superiormente situada nas cabeceiras comuns das duas grandes bacias hidrográficas”, Golbery colocava a “linha de tensão máxima no campo sul-americano”, “a nossa verdadeira fronteira viva”, na fronteira gaúcha (Silva, 1981, p. 58). A figura 1 apresenta pontos do território nacional a serem priorizados nas manobras de integração do território nacional, todos situados nas fronteiras.

Figura 1. Manobras de integração do território nacional na Geopolítica do Brasil.



Fonte: Silva, 1981, p. 46.

A contenção era a proposta central para as fronteiras, e o povoamento representava o que Golbery chamava de pragmatismo responsável para com nossas fronteiras, garantindo o controle sobre as “zonas de interesse nacional”. Era importante vivificar o espaço fronteiro, e daí partem os esforços de colonizar a fronteira, desde sempre e ainda hoje entendidos como insuficientes.

O terceiro tipo de textos traz legislações sobre o território, com **estatutos** específicos para as áreas de fronteira. Assim, sempre segundo Marcia Sprandel, em 1935 cria-se o Serviço de Fronteiras, dividindo o limite nos setores Norte (Guianas e Venezuela), Oeste (Colômbia, Peru e Bolívia) e Sul (Paraguai, Argentina e Uruguai), o que correspondia à regionalização do Brasil naquele momento. Em 1939, instala-se uma política de incentivo às colônias militares, situadas em lugares de passagem fácil, com o intuito de bloquear o povoamento pelos vizinhos e a exploração dos recursos naturais por estrangeiros. O projeto de vivificação se traduz, a partir da década de 1940, na Marcha para o Oeste e, de 1960 em diante, no incentivo à ocupação da Amazônia; cabe notar que aqui fronteira e frente de recursos se confundem.

Em 1943, são criados os territórios federais, áreas na fronteira diretamente subordinadas ao governo federal (Sprandel, 2005). Em 1968 são listados municípios a comporem as Áreas de Interesse da Segurança Nacional, municípios esses localizados na sua maioria nas fronteiras. Nesses municípios aboliu-se a eleição para prefeito, instaurando-se a administração por interventores nomeados pelos governadores dos estados, com o aval do general-presidente. Na prática, nesse período, vigia também o conceito de fronteiras ideológicas, opondo ocidente capitalista ao comunismo, e permitindo a atuação de polícias dos países vizinhos no interior dos territórios nacionais, sempre que justificada pelo combate à insurgência e ao comunismo (Assumpção, 2014).

Na história do pensamento sobre as fronteiras brasileiras, observa-se forte influência da matriz militar informada pela Geopolítica clássica. Ideias como avivamento, revivimento, povoamento, colonização e ocupação das fronteiras têm operado como mitos funcionais nos discursos hegemônicos. No passado, tais ideias contribuíram para a formação do estado-nação e para a ampliação do mercado. Hoje, operam nos processos de securitização, nos clamores por fronteiras

estáveis e na denúncia da porosidade das fronteiras. O pressuposto de um destino manifesto brasileiro, de uma unidade natural do território brasileiro, construído pacificamente, tem sido usado para converter conflitos entre grupos pelo uso do espaço em lutas secessionistas (Machado, 1997).

Em suma, ecos desse primeiro momento podem ser sentidos na atualidade, pois a relevância do território na construção social do Brasil, a naturalização da unidade territorial, as dinâmicas expansionistas sobre territórios vizinhos ao Brasil e a representação de uma construção pacífica do território brasileiro se reproduzem na pressuposição do caráter militar e nacional da gestão das fronteiras e nas ideias de vivificação/avivamento das fronteiras vazias e vulneráveis do Brasil. As fronteiras em suas recorrências nacionalistas são funcionais na construção da “consciência nacional”.

A partir da redemocratização no Brasil, em diálogo com as teorias de Yves Lacoste e de Michel Foucault e com a descolonização no pós-II Guerra, Bertha Koiffmann Becker advoga o resgate da geopolítica e a afirmação da multiescalaridade do território (Becker, 1988). Mais recentemente, essa tendência passa a ser identificada com a multiplicação de territorialidades.

Os Estudos Fronteiriços ganharam forte impulso com uma das traduções regionais da globalização, isto é, com a assinatura, em 1986, da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, acompanhada de 12 protocolos, que deu origem, em 1991, ao Mercosul. A possibilidade de falar em outras territorialidades, além daquela do Estado-Nação, liberta os discursos das regras da pedagogia do território ou da geoestratégia, e os acadêmicos se lançam a explicar o novo momento.

Em 1988 foi organizado o “I Colóquio de Estudos de Fronteira”, em que a discussão sobre fronteiras e integração seguiam rumos paralelos. A lista dos eventos dedicados aos Estudos Fronteiriços não será esgotada aqui, basta dizer que encontros e congressos se sucederam e multiplicaram, por vezes enfocados no território, noutras ligados ao planejamento urbano e regional, noutras ainda mais voltados para as fronteiras culturais, como os promovidos pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins (CELPCYRO) desde o ano 2000, cujos projetos e eventos multidisciplinares tratam das fronteiras culturais e da cultura fronteiriça (Costa, 2015). Outros eventos mantêm um viés geopolítico, como aqueles

organizados em torno do Platô das Guianas, encabeçados pela UNIFAP.

Cabe, porém, destacar duas séries de eventos. A primeira é organizada desde 2009 pelo Mestrado em Estudos Fronteiriços do Campus Corumbá da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Trata-se do Seminário de Estudos Fronteiriços, que caminha para sua quinta edição em 2015. Outro evento relevante é denominado Geofronteiras, cuja terceira edição está em organização, articulada pelo Mestrado em Geografia da Unioeste/Campus de Mal. Cândido Rondon, área de concentração “Espaços de Fronteira: território e ambiente”, em parceria com outras instituições de Ensino Superior como a Universidade Federal de Grande Dourados, entre outras IES, sempre com o propósito de “fortalecer as pesquisas e as ações voltadas para a fronteira, considerando a convergência de questões na fronteira do Brasil e Paraguai” (UNIOESTE, 2015).

Voltando à discussão bibliográfica, em 1998 é publicado um texto que segue como referência até hoje. Trata-se do trabalho “Limites, fronteiras e redes”, de Lia Osório Machado. Esse artigo curto parte da clássica oposição entre as visões da fronteira como zona ou como linha, como lugar de contatos ou de rupturas. Em seu texto, Machado argumenta que as fronteiras são centrífugas, já que o contato e a passagem produzem forças desagregadoras no território nacional, enquanto os limites materializam processos centrípetos, para dentro. A fronteira tende a aparecer como fonte de ameaça, diferente do limite, que é mantido pelo governo central, já que não tem vida própria (idem). Ou seja, a autora contempla o caráter institucional da fronteira (o que entende-se por limite) sem que, com isso, sejam invisibilizados o dinamismo e constante recriação da zona fronteiriça.

Na fase contemporânea dos Estudos Fronteiriços no Brasil destaca-se o livro “A urbanização na fronteira: a expansão recente de Sant’Ana do Livramento”, de Neiva O. Schaeffer, publicado em 1993. Títulos fundadores são lançados por Tito Carlos Machado de Oliveira: tratam-se de “Uma fronteira para o pôr-do-sol - Um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira”, publicado em 1998 e “Território sem fronteira”, que aparece em 2005 como uma espécie de diretório dos estudiosos no Brasil.

Pode-se dizer que é a partir de Machado que se estabelece nos Estudos Fronteiriços brasileiros a centralidade das redes. Recuperando Claude Raffestin

(1993), a autora argumenta que as redes constituem maneiras de produzir território, sejam elas redes naturais, infraestruturais, técnicas ou informacionais. Partindo desta construção, Machado argumenta que a fronteira sul do Brasil apresenta uma clara territorialidade, já que possui redes mais densas e congruentes. Esse entendimento veio a se consolidar, posteriormente, nas investigações que afirmam a **transfronteirização** da região Sul do Brasil (Carneiro F^o, Rückert, 2013).

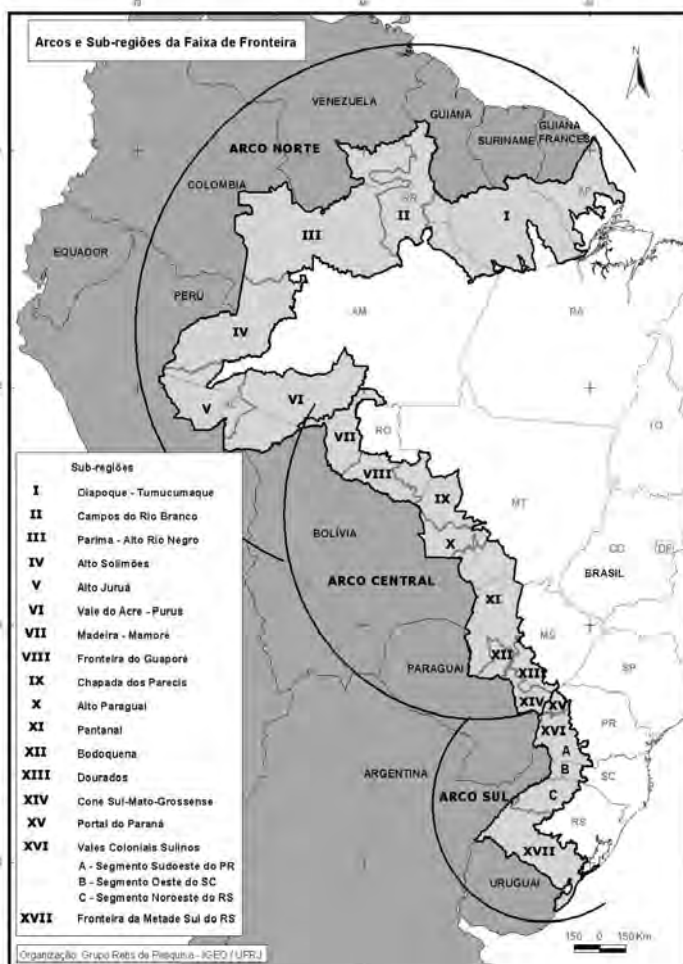
Em 2005, com o lançamento do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), as propostas de Lia Osório Machado adentram a política pública (Brasil, 2005). O lançamento do PDFF, é marcante para os Estudos Fronteiriços brasileiros. Ainda que seus autores minimizem as transformações de facto na gestão das fronteiras, a constelação conceitual (território, territorialidade, rede, região, regionalização, faixa e zona de fronteira, cidades-gêmeas), sua regionalização (arcos Norte, Centro, Sul, subregiões) e sua expressão gráfica em uma coleção de mapas, tornam-se paradigmáticas (figura 2). Além disso, a própria institucionalização dos Estudos Fronteiriços está ligada ao PDFF, pois nele está a origem do Mestrado em Estudos Fronteiriços em Corumbá, MS.

Também é Lia Osório Machado que conceitua os espaços transversos (2011), com base em Didier Bigo (2006). Numa época em que a segurança interna depende da colaboração internacional, alterando assim a concepção clássica de soberania, torna-se necessário teorizar a transversalidade. O Estado passa a ser entendido como um agregado de partes distintas com contrapartidas no exterior, e os **espaços transversos** são aqueles que se constituem entre a soberania e o sistema mundial de segurança, entre o legal e o ilegal, entre o público e o privado. A Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2008), por exemplo, trabalha com a transversalidade, a fronteira e a noção de ameaça, o que permite operacionalizar o espaço fronteiriço para segurança interna e externa. Embora a percepção de ameaça continue a ter uma larga influência, Maristela Ferrari (2014) nos lembra que o limite, antes associado a rigidez e separação, hoje significa a justaposição de territórios, sendo a fronteira, portanto, uma oportunidade de integração.

Aos processos de securitização e corporificação da fronteira através da biometria, soma-se, no presente, o uso desses espaços intersticiais com um sentido de *frontier* de recursos naturais e energéticos, em processos de ges-

tão extraterritorial, por empresas transnacionais em territórios fronteiriços, na construção de infraestruturas de escoamento de minérios e matérias energéticas, tão tematizados nos estudos sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

Figura 2. A regionalização da fronteira brasileira segundo o Grupo Retis.



Fonte: Brasil, 2005, p. 53.

Essa extraterritorialidade ganha impulso nos dias de hoje, justapondo-se aos processos de reconhecimento da fronteira-lugar de vida. Por fim, muitos são os trabalhos que se dedicam à etnografia da fronteira, trabalhando com as possibilidades e limitações da fronteira vivida.

4 AS TEMÁTICAS, OS SILÊNCIOS E UMA POSSÍVEL AGENDA PARA OS ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

Os Estudos Fronteiriços no Brasil atual trazem recorrências e silêncios. Suas grandes temáticas ainda são a Geopolítica, etnografias ou estudos de caso de regiões fronteiriças e estudos dos impactos das políticas nacionais ou estaduais em regiões específicas. Uma agenda para os Estudos Fronteiriços pode ser proposta, depois de realizar essa leitura transversal sobre a produção contemporânea nacional e estrangeira na temática das fronteiras, pois é evidente o engajamento dos pesquisadores com o desenvolvimento dos lugares e bem-estar das populações fronteiriços. Assim, nos cabe também contribuir com sugestões para qualificar nossa produção, que não devem ser tomadas como críticas ou indiretas, apenas como observações.

A maior parte dos trabalhos brasileiros tem uma abrangência regional, poucos são os estudos na escala nacional, menos ainda são os estudos dedicados a territórios mais amplos. Isso tem a ver com uma questão muito prática, ligada à sociologia da ciência, isto é, os pesquisadores trabalham frequentemente em projetos individuais, sendo-lhes possível apenas levantar e tratar informação sobre áreas geográficas próximas ou de pequena extensão. Os estudos regionais também podem ser atribuídos à vinculação geográfica, respondendo às provocações do lugar e se comprometendo com a produção de conhecimento e de registros sobre lugares menos tematizados, em busca de relevância social e de contribuir para a melhoria das condições de vida em lugares considerados negligenciados.

Ao se dedicarem ao estudo das políticas públicas, os autores abordam uma variedade de temáticas ligadas à saúde, educação, linguagem, culturas regionais, identidade fronteiriça e migrações, entre outras entradas na vida em condição fronteiriça (Dorfman, 2013). As questões ambientais se concentram em estudos do compartilhamento (ou não) de recursos naturais, na exploração de fontes energéticas e das áreas protegidas. O turismo e a comunicação social em áreas de fronteira

se destacam. Os temas de segurança tiveram grande ascensão nos últimos anos.

A discussão teórica geralmente se centra nos estudos modernos, classificatórios, pouca referência fazendo aos autores mais recentes e aos seus esforços na direção de teorizar processos que ultrapassam as fronteiras internacionais e as tendências caóticas da gestão das fronteiras. A bibliografia latino-americana é virtualmente ignorada, apesar do manancial representado pelos acadêmicos mexicanos. Na organização dos estudos, parece-nos importante promover pesquisas transfronteiriças, aumentando o entendimento dos processos além-fronteira brasileira e diminuindo o nacionalismo metodológico (Benedetti, 2011). Isso pode ser articulado na forma de contatos com a produção e os produtores de conteúdo nos países vizinhos, abrindo a caixa-preta do estrangeiro, construindo parcerias, associações, projetos e colaboração em geral com os colegas do Sul, ou pelo menos através da consulta à bibliografia produzida pelos pesquisadores dos países vizinhos.

Abordar as políticas na escala sul-americana se faz extremamente urgente, uma vez que instâncias continentais como o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Mercosul formulam políticas que impactam na gestão fronteiriça.

No que tange à bibliografia nacional, o paradigma do PDFF e a centralidade da produção teórica do Grupo Retis é notável. Trata-se de um dos únicos grupos capazes de articular projetos de pesquisa para o conjunto das fronteiras brasileiras. A cartografia gerada pelo Grupo Retis é onipresente nos Estudos Fronteiriços brasileiros.

O campo dos Estudos Fronteiriços apresenta-se marcadamente interdisciplinar, contando com geógrafos, sociólogos, internacionalistas, antropólogos, historiadores, comunicólogos, linguistas, turismólogos, politólogos, entre outros cientistas humanos. Além destes, são muitos os cientistas da natureza tematizando os sertões fronteiriços. Num campo interdisciplinar, prestar atenção às margens consolidadas dos campos teóricos lindeiros, isto é, fazer uso apropriado dos aportes de diferentes corpos conceituais disciplinares se faz imperativo, bem como ampliar a transparência das metodologias de pesquisa, expondo detalhadamente os dados, a forma em que foram produzidos, seus alcances e suas limitações.

É absolutamente necessário reconhecer a herança que carregamos da Doutrina de Segurança Nacional. Pressupostos como a necessidade de fronteiras fe-

chadas e a prerrogativa de exclusividade do Estado na gestão fronteiriça se embasam em argumentos realistas consolidados na DSN, mas o momento atual não pode ser pensado em termos apenas de relações interestados. Da mesma maneira, o uso casuísta dos ideais nacionalistas e de soberania por setores que desejam alavancar suas agendas particulares deve ser identificado pelos pesquisadores como uma instrumentação da fronteira com consequências perigosas na forma indignação seletiva e de estímulo a práticas xenofóbicas, que devem ser excluídas das lógicas usadas na gestão contemporânea das fronteiras, e na construção de uma segurança cidadã (Dorfman; França, 2014). Perguntar-se sobre as tendências excludentes observadas em distintas fronteiras do mundo é extremamente relevante, desde que não se reproduzam pânico morais em relação à migração.

Há uma demanda para documentar as práticas e inventariar as soluções criadas na fronteira como resposta ao limite internacional de forma mais precisa e politizada, escapando de idealismos. Desromantizar a fronteira e seus habitantes é muito necessário. Sem generalizar, é preciso dar-se conta de que as carências sofridas pelas populações fronteiriças não se ligam apenas à “ausência do Estado”. A dificuldade de acesso aos direitos civis relaciona-se também com a condição de ilegalidade de frações da população fronteiriça, seja por indocumentação, seja pela sua ocupação em atividades marginais. A ilegalidade torna os fronteiriços reféns de uma série de violências, silencia a busca por direitos e entrega parte dessa população à servidão territorial.

5 REFERÊNCIAS

- Agnew, John. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. In: **Review of International Political Economy**, V 1, N.1, 1994.
- Allen, J.; Hamnett, C. (Orgs.). **Mastering space: hegemony, territory and international political economy**. Londres: Routledge, 1995.
- Amilhat Szary, Anne-Laure. O artista passa-paredes? **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.42 n.2, 2015.

Amilhat Szary, Anne-Laure; Giraut, Frédéric. **Borderities**: the politics of contemporary mobile borders. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

Amoore, Louise. Algorithmic War: daily geographies of the War on Terror. **Antipode**, Vol. 41, No. 1, 2009, pp 49–69

Assumpção, Marla Barbosa. **A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais**: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973). Dissertação de Mestrado em História, 2014. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114409>. Acesso em 20 de Abr. 2015.

Becker, Bertha. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 50, t. 2, n. especial. p. 99-125. 1988.

Benedetti, Alejandro. Territorio: concepto integrador de la geografía contemporánea. In: Souto, Patricia (coord.). **Territorio, Lugar, Paisaje**. Prácticas y conceptos básicos en geografía, Colección Libros de Cátedra, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, UBA, pp. 11-82, 2011.

Bigo, Didier. Globalized (in)Security: the Field and the Ban-opticon. Artigo apresentado na **Conference on Muslims**, Harvard University. 2006. Disponível em <http://www.ces.fas.harvard.edu/conferences>

Brasil. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>. Acesso em 30 Abr 2015.

Brasil. **Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa, 2008.

Brasil. **Decreto 7.496**, de 8 de junho de 2011. 2011. Disponível em <http://www.tinyurl.com/b32rdfc> . Acesso: 15 Dez 2012

Carneiro Fº, Camilo Pereira; Rückert, Aldomar. Transfronteirização e gestão do território no Arco Sul da fronteira do Brasil. **Revista GeoNorte (UFAM)**, Manaus -AM, Edição Especial 3, vol. 7, n° 1, p. 1298-1314, 2013.

Costa, Stefânia Oliveira da. **A UNIPAMPA em condição fronteiriça**: organização

comunicada nos sites dos campi de Santana do Livramento e Jaguarão. Dissertação de Mestrado. Fabico/UFRGS, 2015.

Cunha, Lizandra Vega da. **Quando a distância é o melhor caminho**: percepções sobre o estudar na Restinga. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

Dorfman, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: Nascimento, Durbens Martins; Porto, Jadson Luis Rebelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013.

Ferrari, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v.9, n.10, 2014.

Foucault, Michel. **Segurança, Território, População**. Martins Editora, 2008.

Foucault, Michel. O nascimento da medicina social. In: Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2011.

Fukuyama, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rocco: São Paulo, 1992.

Couto e Silva, Golbery do. Geopolítica do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

Gruszczak, Artur. The securitization of the Eastern borders of the European Union. Walls or bridges? **40th Annual Conference Exchanging Ideas on Europe: Europe at a Crossroads**, Bruges, 6-8 Sept 2010. Disponível em <http://www.ua-ces.org/pdf/papers/1001/gruszczak.pdf>. Acesso em 20 jul 2012.

Hassner, Ron; Wittenberg, Jason. **Barriers to Entry**: Who Builds Fortified Boundaries and Why?. 2013. Disponível em: <http://www.jasonwittenberg.org/wp-content/uploads/2013/05/Barriers-to-Entry.pdf>. Acesso em abr 2015.

Heidrich, Álvaro Luiz. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.11, n. 245, p.1-8, 2007.

van Houtum, Henk; Scott, James. Boundaries and the Europeanisation of Space: The EU, Integration and Evolving Theoretical Perspectives on Borders. **EXLINE State of Art Report**, 2005.

Kolossov, V.A. Ethno-territorial conflicts and boundaries in the former Soviet Union. **Boundary and Territory Briefing 2**. Durham: International Boundaries Research Unit, 1992.

Machado, Lia Osório. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, 1(2), 1997, p. 19-32.

Machado, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: Strohaecker, Tânia Marques et al. (orgs.) (1998). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre. p. 41-49.

Machado, Lia Osório (2011). Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. **Geopolítica das Drogas** (Textos Acadêmicos). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/MRE. Disponível em <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2011-Espa%C3%A7os-Transversos-FUNAG.pdf>. Acesso em 11 de jan 2013.

Machado, Lia Osório; Novaes, André Reyes; Monteiro, Licio do Rego. (2009). Building Walls, Breaking Barriers: Territory, Integration and the Rule of Law in Frontier Zones. **Journal of Borderlands Studies**, v.24, no.3.

Machado, Lia Osório et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: Oliveira, T. C. M. de (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 87-112.

Newman, David; Paasi, Anssi. Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, 22, 2, 1998.

Oliveira, T. C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol** - Um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998. 147p.

Oliveira, T. C. M. **Território sem Limites** - Estudos sobre fronteiras. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. 648p.

Oommen, T.K. Contested boundaries and emerging pluralism. **International Sociology** 10, 1995.

Overbeck, André. Comunicação pessoal, dez 2012.

Paasi, Anssi; Newman, David. **Boundaries and Fences in Our Postmodern World: Revisiting Newman and Paasi**. Special Plenary at ABS World Conference, Joensuu, Finlândia, 9 de junho de 2014.

Pöttsch, Holger. **The Emergence of iBorder: Bordering Bodies, Networks, and Machines**. ABS World Conference, Joensuu/St.Petersburg, 2014.

Raffestin, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Renard J.P. La frontière: limite géopolitique majeure mais aussi aire de transition. In: **Limites et discontinuités en géographie**, DIEM, SEDES, 2002, pp. 40-66.

Rosière, Stéphane. Mundialização e teicopolítica, análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v 42, n.2, 2015.

Rumford, Chris. Introduction. Theorizing Borders. **European Journal of Social Theory** 9(2), 2006, 155–169.

Santos, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 22-3.

Schaeffer, Neiva O. **A urbanização na fronteira: a expansão recente de Sant’Ana do Livramento**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

Silva, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, 138 p.

Sparke, M. B. A Neoliberal Nexus: Economy, security and the biopolitics of citizenship on the border. **Political Geography**, v. 25, n. 2, 2006.

Sprandel, Marcia Anita. (2005). Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: Roberto Cardoso de Oliveira, Stephen G. Baines. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UNB, v. 1, p. 153-204.

UNIOESTE. Geofronteiras. Apresentação. Disponível em <http://www.unioeste.br/eventos/geofronteira/>. Acesso em 20 de Abr de 2015.